



# ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación  
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y  
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

*Julio Alfredo Racchumi Romero*

*Professor no Departamento de Estudos Interdisciplinar na Universidade Federal do Ceará*

[jarrest@gmail.com](mailto:jarrest@gmail.com)

*Juliana Carla de Oliveira Moura*

[julianna.c.o.m@gmail.com](mailto:julianna.c.o.m@gmail.com)

*Graduanda no Curso de Gestão de Políticas Pública na Universidade Federal do Ceará.*

**O SISTEMA DE ENSINO ESCOLAR: UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA  
NO ESTADO DO CEARÁ**

# **O SISTEMA DE ENSINO ESCOLAR: UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO CEARÁ**

## **Resumo**

A educação escolar indígena surgiu ainda no século XVI, período este referente ao processo de colonização do Brasil, em que o homem branco impôs aos indígenas a um processo “civilizatório”, ou seja, um período marcado pela necessidade dos colonizadores de mão de obra escrava para trabalhar na exploração das novas terras e das riquezas, e o meio utilizado foi a catequese empreendida na transformação dos nativos. Embora essa evidências, educação escolar indígena só passou a ter um destaque maior a partir da Constituição Federal de 1988. O Ceará sempre foi vinculado aos povos indígenas e segundo o IBGE o estado é o oitavo do Brasil que conta com mais grupos de indígenas e representa o 17% do total da população indígena no Nordeste. Diante esse contexto, o objetivo do trabalho é descrever o panorama dos povos indígenas, destacando a educação escolar indígena, com a utilização de indicadores educacionais, a sua abrangência, e avanços conquistados por esses povos nesse tipo de educação. Para responder ao objetivo do trabalho, utiliza-se uma pesquisa de abordagens qualitativa, extraindo informação de relatórios, documentos e web site de entidades públicas e privadas. Os indicadores utilizados foram as taxas de rendimento e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Entre os principais resultados destaca-se que o estado Ceará conta com 38 escolas divididas em 16 municípios e 13 etnias. No estado das 38 escolas, dez escolas estaduais são de ensino fundamental e médio. Também houve melhoria nos indicadores de rendimento. Estes dados, bem como a revisão bibliográfica realizada mostram que existe um paradoxo entre as informações, por um lado, há dificuldade em encontrar estatísticas disponíveis, e por outro lado, encontram-se muitos estudos abordando o contexto histórico e a luta dos povos indígenas na conquista de educação diferenciada, e que mantenha parte de sua cultura. Sobre a coleta de dados, é possível que a falta de disponibilidade dos mesmos, deve-se a não menção à raça indígena em alguns estudos que coletam dados primários, citando somente três raças: branca, preta ou parda e às vezes amarela.

**palavras-chave:** Povo indígena, educação e indicadores.

## **1.Introdução**

Quanto a educação escolar indígena, esse modelo de educação surgiu no século XVI, durante o período de colonização do Brasil. Esse país por 292 anos foi colônia de Portugal, período compreendido entre 1530 e 1822. Essa educação ficou a cargo dos jesuítas, que utilizaram a catequese como instrumento de aculturação dos povos indígenas endêmico das novas terras. Essa investigação concentra-se no estado do Ceará, um dos nove estados que compõem a região nordeste do Brasil.

Apesar de que a educação escolar indígena ter sido introduzida no Brasil, ainda no século XVI, a mesma só passou a ter um destaque maior a partir da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição Federal é a que está vigente no Estado brasileiro e foi a primeira a introduzir um capítulo referente aos índios em seu Título VIII (Da Ordem Social), Capítulo III (Da educação, da Cultura e do Desporto), seção I (Da Educação).

Em relação a educação dos povos indígenas, no portal do Ministério de Educação e Cultura (MEC), dispõe sobre as principais ações da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade (Secad) com o objetivo de garantir a oferta de educação escolar indígena de qualidade. No Ceará a inserção de escolas indígenas, só surgiram no final da década de 1990, pela a luta de diferentes etnias indígenas.

Diante este panorama, o objetivo geral deste trabalho é descrever as características da educação escolar indígena no Ceará, considerando o contexto histórico e utilizando indicadores educacionais, com sua abrangência e avanços conquistados na educação por esses povos.

Este estudo justifica-se porque no Ceará, estado da região nordeste do Brasil, segundo o último dados revisados de 2019, o Estado conta com uma população total 8.452.381 e dessas 26.071 são indígenas morando no Estado. Estes dados, explicam o fato de que Ceará é o 8vo Estado brasileiro com maior população indígena. Ao nível da região é possível dizer que o 17% do total da população indígena no Nordeste. Um número que é imensamente inferior se comparado à população maior que já se fez presente muito antes de existir Brasil enquanto país.

Neste trabalho faremos inicialmente um breve levantamento histórico da inserção da educação escolar indígena no Brasil, conceituando educação indígena e educação escolar indígena. No segundo momento abordaremos a luta das populações indígenas por uma educação diferenciada. No terceiro momento abordamos a inserção da educação indígena diferenciada no estado do Ceará, além de fazer menção sobre a identificação dos indicadores educacionais, seus objetivos e importância. Dando destaque para as escolas indígenas de ensino fundamental e médio. Na última seção apresentamos as considerações finais do trabalho

## **2. Metodologia**

Utiliza-se uma pesquisa de abordagens qualitativo. A pesquisa qualitativa, caracteriza-se por analisar casos concretos considerando as particularidades locais e temporais, partindo das expressões e atividades próprias dos elementos ou eventos nos seus próprios contextos (FICLK, 2009). Considerando os objetivos, a pesquisa se caracteriza como exploratória. Segundo Gil (2019), as pesquisas exploratórias precisam de familiaridade com o problema para poder torná-los explícito. Envolve levantamento bibliográfico e documental para entender o problema. Considerando a descrição de acordo com Gil (2019), a pesquisa descritiva demonstra as características da população ou problema em estudo, estabelecendo relações entre variáveis e utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa define-se como bibliográfica e documental. Nesse sentido, extraem-se dados de relatórios, documentos e web site de entidades pública. Obtém-se também, indicadores da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), entre os que destacamos, o número de estabelecimento, taxas de rendimento escolar e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

### **3. A educação diferenciada dos povos indígenas no Brasil**

Neste tópico está dividido em duas seções, na primeira discorremos sobre a inserção da educação escolar indígena no Brasil, que começa no século XVI, nos primórdios da colonização com os jesuítas, nos meados do século XVII, consolidação do modelo escolar, introdução do cristianismo, gramatização do tupi para o latim, no século XVIII, institucionalização da língua portuguesa, por meio de um ato político-jurídico “o Diretório dos índios”, proibindo o uso de outra língua. no século XIX por meio de um decreto há o regulamento acerca das missões catequéticas e da civilização dos índios. No início do século XX, e no decorrer do mesmo vão surgindo órgãos no sentido de proteção dos indígenas. Na segunda seção frisamos a luta dos povos indígenas por uma educação diferenciada e pela permanência de sua cultura, sua língua e tradições não desapareçam, a inserção na Constituição Federal de 1988, de um capítulo sobre os índios, no portal do Ministério de Educação e Cultura (MEC), lista alguns direitos dos índios em relação a educação, a cultura e o desporto. Além de dispor sobre as principais ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) para garantir a oferta de educação escolar indígena de qualidade. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) também faz uma abordagem sobre a educação escolar

indígena. E da dificuldade de encontrar trabalhos que contemple uma abordagem mais quantitativa.

### **3.1. A inserção da educação escolar indígena no Brasil**

Desde a colonização do Brasil, que o homem branco impõem ao índio um processo “civilizatório”, ainda no século XVI, esse processo fica mais evidente, quando os jesuítas foram incumbidos desse papel, tal imposição tinha como intuito a descaracterização do índios, no tocante a seus costumes, cultura e sua língua. BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010 abordam sobre a introdução da educação escolar indígena no Brasil afirmando que,

A educação escolar indígena no Brasil tem uma longa trajetória, tecida desde os primórdios da colonização e cujo modelo predominante, alheio às cosmologias indígenas, foi imposto com o explícito intuito colonizador, integracionista e civilizador. No entanto, coerentes com seus modos de vida, os povos indígenas afirmaram, desde os primeiros contatos com os europeus, um modelo próprio de educação que se mostrou inadequado para as práticas escolares, visto que nas sociedades tradicionais, entre as quais situamos as sociedades indígenas.

Os indígenas tinham que se adequarem às políticas dos colonizadores, colaborando no processo de colonização que tinha como objetivo principal a expansão de terras e exploração das riquezas, utilizando-os como mão de obra escrava, transformando-os em cristãos obedientes. Os indígenas apresentavam peculiaridades que não condizem com a cultura dos colonizadores, então era necessário criar regras para que os colonizadores alcançassem tais objetivos. Esse processo não foi tão pacífico, pois os indígenas travaram lutas contra esse domínio e por isso, foram criados regulamentos. E para que estes regulamentos fossem obedecidos era preciso mantê-los “coesos”, a forma de diminuir a dispersão e a maneira nômade de algumas etnias eram a criação de aldeamentos, possibilitando assim um certo “controle”. Diversos trabalhos convergem para a catequese como sendo a primeira forma de descaracterização da educação indígena, incorporando a educação escolar indígena a vida do índio.

Em 1549 chegam os jesuítas e dão início à catequese e à construção dos primeiros prédios escolares, por ordem de D. João que queria povoar terras e converter os indígenas ao catolicismo. Em meados do século XVII sob a influência do padre Antônio Vieira ampliou-se às ações escolares e consolidou o modelo escolar, onde o principal objetivo era a conversão ao cristianismo e a preparação para o trabalho. Nestes dois séculos, ocorreu a gramatização do tupi pelos jesuítas, na base do latim. (BURATTO, 2007, p. 3)

A introdução de formas alienígenas a realidade dos povos indígenas trazidas pelos europeus visava, além da ocupação territorial e escravização, a incorporação, pelos povos indígenas de certos padrões e modo de vida alheios aos seus (formas de trabalho, catolicismo, outras relações de parentesco que não as tradicionais de cada

povo, etc.). Tais ações promoveram hibridizações medianas por lutas e resistências entre indígenas e não-indígenas. A imposição/resistência da educação escolar/caquética para alguns povos indígenas é um exemplo que ilustra tal processo de trocas e conflitos. Não é novidade afirmar que os índios já possuíam formas próprias de socialização a qual é realizada pelo que tem se acostumado categorizar por **Educação Indígena**. Esta, por sua vez, apresenta diferenças históricas em relação a **Educação Escolar Indígena**. (SANTOS, 2004, p. 15-16).

Apenas no século XVIII a língua portuguesa, enquanto instituição da nação portuguesa, foi institucionalizada na colônia. Apesar dos inúmeros éditos reais, foi somente durante o reinado de D. José I, sob o comando do Marquês de Pombal, que se concretizou um ato político-jurídico “o Diretório dos índios” para oficializar de modo impositivo, que era essa, e apenas essa, a língua que devia ser falada, ensinada e escrita exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte. (MARIANI, 2003, p. 77-78).

No decorrer desse processo foram surgindo órgãos no sentido de regular e “proteger” os povos indígenas. No século XIX, esse processo é expresso pelo decreto N. 426 de 24 de julho de 1845 (*Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios*). Art. 1º e nos 38 parágrafos que o compõe, principalmente no §38 do mesmo.

§ 38. Expor ao Governo Imperial os inconvenientes, que tenha encontrado na execução deste Regulamento, e de outros, que houver de fazer; indicando as medidas, que julgar apropriadas para se conseguir o grande fim da catechese, e civilização dos Indios.

Em 1910, foi criado o Decreto Nº 8.072, que regulou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI) em seu capítulo V, art. 15º estabelecia que os antigos aldeamentos a se chamaria “Povos Indígenas” onde seriam estabelecidas escolas para o ensino primário e aulas de música, oficinas, máquinas e utensílios agrícolas, destinados a beneficiar os produtos das culturas, e campos apropriados a aprendizagem agrícola. E que por coação não poderia submeter os índios e seus filhos a qualquer ensino ou aprendizagem, limitando essa ação ao inspetor e seus auxiliares convencê-los, de forma branda de tal necessidade. Nesse mesmo decreto em no seu art. 19 expressava que o Governo Federal poderia aceitar a transferência para sua jurisdição dos aldeamentos ou quaisquer instituições destinadas à educação dos índios mantidos por governos estaduais, municipais ou associações, desde que cedido os terrenos para as instalações. Em 1918, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais. Em 1967, o SPI é substituído pela Fundação Nacional dos Índios (FUNAI).

Dos antigos aldeamentos missionários aos postos indígenas do SPI, a alfabetização de crianças e adultos indígenas visava consolidar a sedentarização de um povo. Esse processo pedagógico envolvia cultos cívicos, aprendizado de trabalhos manuais, técnicas da pecuária e novas práticas agrícolas. Pressupunha também novos cuidados

corporais, como o uso de vestimentas e o ensino de práticas higiênicas. (FUNAI, p. 7)

A política de “nacionalização” dos índios esteve presente em quase todos os postos, onde a professora das crianças indígenas era quase sempre a esposa do encarregado, orientando essas crianças para a integração à população regional à medida que aceitavam também como alunos os filhos de colonos, dos empregados do posto e de fazendas vizinhas. Essas escolas não se diferenciavam das escolas rurais, do método de ensino precário à falta de formação do professor, predominando a formação de índios como produtores rurais voltados para o mercado regional. (FUNAI, p. 7)

Ressaltando o que foi exposto anteriormente, os povos indígenas desde a colonização foi-lhes impostas formas de controle por parte dos colonizadores, tendo que se despir de sua essência e adequa-se aos povos invasores que ditam as regras, muitas vezes de forma sutil para que os mesmos não notassem a violência que estavam sendo submetidos. Sua liberdade foi delimitada e suas ações vigiadas e tolhidas, os seus direitos formulados com a anuência dos seus colonizadores. No século XXI, ainda esses povos são submetidos, as regras dos não indígenas, mesmo depois de quase cinco séculos, desde a colonização no século XVI, continuam tendo as suas terras devastadas em prol de um “desenvolvimento” e do crescimento econômico, retirados de suas terras e colocados em reservas que não contempla a extensão de suas terras natais, submetendo-se ao controle do Estado.

Para o maior entendimento o que é uma reserva indígena toma-se o que está exposto na Lei 6001/1973 (Estatuto do Índio), Cap. III fala sobre as áreas reservadas, em seu art. 27, define reserva indígena como sendo uma área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes à sua subsistência. Ainda nessa mesma perspectiva baseada nessa mesma Lei, e na legislação vigente, a Constituição Federal de 1988 e no Decreto n.º 1775/96, define-se reservas indígenas como sendo:

[...] terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional. (FUNAI).

### **3.2. A luta por uma educação diferenciada**

Desde o processo de colonização, os povos indígenas tiveram seus direitos e suas tradições devastadas por outras civilizações, contudo os indígenas ainda lutam para que sua cultura, sua língua e tradições não desapareçam. A Constituição Federal de 1988, foi a primeira a introduzir um capítulo referente aos índios. No portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), faz uma abordagem referentes aos direitos dos indígenas listados na Constituição Federal de 1988.

Vejamos o exposto em seu título VIII (Da Ordem Social), capítulo III- (Da Educação, da Cultura e do Desporto), seção I (Da Educação).

Artigo 210-Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

O MEC, dispõe sobre as principais ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) para garantir a oferta de educação escolar indígena de qualidade. Sobre tais ações:

1. Formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio (Magistério Indígena). Esses cursos têm em média a duração de cinco anos e são compostos, em sua maioria, por etapas intensivas de ensino presencial (quando os professores indígenas deixam suas aldeias e, durante um mês, participam de atividades conjuntas em um centro de formação) e etapas de estudos autônomos, pesquisas e reflexão sobre a prática pedagógica nas aldeias. O MEC oferece apoio técnico e financeiro à realização dos cursos.
2. Formação de Professores Indígenas em Nível Superior (licenciaturas interculturais). O objetivo principal é garantir educação escolar de qualidade e ampliar a oferta das quatro séries finais do ensino fundamental, além de implantar o ensino médio em terras indígenas.
3. Produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português. Livros, cartazes, vídeos, CDs, DVDs e outros materiais produzidos pelos professores indígenas são editados com o apoio financeiro do MEC e distribuídos às escolas indígenas.
4. Apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação escolar em terras indígenas.
5. Promoção do Controle Social Indígena. O MEC desenvolve, em articulação com a Funai, cursos de formação para que professores e lideranças indígenas conheçam seus direitos e exerçam o controle social sobre os mecanismos de financiamento da educação pública, bem como sobre a execução das ações e programas em apoio à educação escolar indígena.
6. Apoio financeiro à construção, reforma ou ampliação de escolas indígenas.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016, p. 29), aborda sobre a educação escolar indígena e afirma que:

O acesso dos povos indígenas a uma educação diferenciada e de qualidade em todos os níveis por meio de um sistema específico é atribuição da União e dos entes federados que devem desenvolver programas específicos de educação escolar indígena. Cabe ao Ministério da Educação coordenar as ações de educação indígena em um regime de colaboração com estados e municípios e em articulação com a Funai. No entanto, a educação escolar indígena, nos Estados e Municípios, tem sido tratada, via de regra, com ações pontuais, sem continuidade e sem diálogo com os povos indígenas, contrariando especialmente a Lei nº 9.394/96 (LDB) – em seus artigos 78 e 79. Ocorre uma baixa oferta nas séries finais do ensino fundamental e médio, devido à precariedade dos cursos de formação de professores disponibilizados pelas secretarias estaduais e à imposição de grades curriculares e de calendários não indígenas às escolas das aldeias. Soma-se a isso a baixa execução orçamentária que



resultou em reduzido índice de construção de escolas, de desenvolvimento de cursos de formação de professores e de elaboração de material didático específico.

Já BAINES, (2007, p.10) faz uma crítica em relação aos dados estatísticos sobre a educação indígena pelo governo, afirmando que:

Ao lidar com dados estatísticos sobre educação indígena, há de se ressaltar que os mesmos são divulgados pelos respectivos governos e têm que ser considerados dentro do contexto em que são gerados como parte da propaganda política governamental, quase sempre para convencer o leitor dos resultados positivos da sua atuação.

No Brasil ainda está em processo, no que diz respeito ao acesso dos povos indígenas a uma educação diferenciada, mesmo não seja possível separá-la da educação escolar tradicional nos parâmetros das diretrizes educacionais nacionais. E que os dados estatísticos disponibilizados nem sempre contemplam, diferenciando-os de acordo com a raça, alguns dados só aparecem as raças, branca, preta ou parda.

#### **4. Um olhar dos indicadores de educação indígena no Ceará.**

Em relação aos resultados, encontramos disponível na Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), dados referentes às etnias e as escolas. Apesar de no estado do Ceará existirem 14 etnias reconhecidas, somente 13 delas contam com escolas das 38 existentes em 16 municípios. Definimos o que são indicadores educacionais e destacamos a sua no estudo do desenvolvimento da educação escolar indígena. A SEDUC, também dispõe de dados sobre indicadores de proficiência, com destaque sobre a alfabetização das crianças indígenas. Expomos duas tabelas, na primeira estão elencadas as dez escolas de ensino fundamental e médio e suas respectivas taxas de rendimento, nos anos compreendidos 2010 e 2017. E na segunda os resultados do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) das respectivas escolas nos anos de 2005 e 2007, e as respectivas metas e projeções para os anos de 2019 e 2021. Com destaque para a escola indígena Jardins das Oliveiras, no município de Poranga, que nas 4ª/5ª séries teve as metas alcançadas, e que apresentou nos anos 2013, 2015 e 2017, notas acima das metas estipuladas para esses anos. E as 8ª/9ª séries nos anos de 2009 e 2017, notas acima da média e em 2011 nota igual a meta.

A SEDUC, dispõe uma página que trata da educação escolar indígena dispondo de dados referentes às etnias e as escolas que as contemplam e aponta que o acesso a uma educação diferenciada é bem recente.

No Ceará, o processo de constituição das escolas indígenas começou no final da década de 1990, com a luta das diferentes etnias indígenas. Atualmente, existem 38 escolas indígenas na rede estadual e 4 escolas das redes municipais de ensino de Maracanaú e Caucaia e uma creche localizada em Itapipoca, distribuídas em 16 municípios: Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, São Benedito, Tamboril e Quiterianópolis, assegurando uma matrícula de 8240 alunos, distribuídos da educação infantil ao ensino médio. (SEDUC).

No estado do Ceará existem quatorze etnias (Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Jenipapo-Kanidé, Tapuya-kariri, Potyguara, Tabajara, Kanindé, Gavião, Kalabaça, Tupinambá, kariri, Tubiba-Tapuya, Anacé), analisando o quadro que lista as escolas e suas etnias, somente treze possuem escolas, exceto os Pytaguary não há escola que represente sua etnia. Estas treze etnias contam com 38 escolas distribuídas em 16 municípios e 8 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE)<sup>1</sup>

Para que se faça o entendimento sobre os indicadores educacionais, devemos defini-los. Segundo o INEP.

Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

A SEDUC, dispõe de informações sobre a educação escolar indígena, e destaca o seguinte:

Evolução dos Indicadores de Proficiência (Ou das Avaliações Externas), com Destaque para a Alfabetização de Crianças Indígenas

A educação escolar indígena tem apresentado significativa melhoria nos indicadores das avaliações externas, com destaque para o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, com ênfase nos resultados da alfabetização das crianças. Em 2008, quando a avaliação passou a ser censitária, das escolas indígenas avaliadas, a média da rede estadual foi de alfabetização incompleta (alunos que demonstram ter iniciado um processo de domínio e sistematização de habilidades consideradas básicas e essenciais à alfabetização), já em 2013 houve um crescimento nos indicadores de proficiência, em que a média estadual das escolas indígenas evoluiu para o nível suficiente (alunos que conseguem realizar tarefas que exigem habilidades de leitura mais sofisticadas, pois começam a desenvolver habilidades de compreensão global do texto). Significa que os alunos indígenas superaram dois padrões de desempenho para atingirem o nível suficiente: o nível em que se encontravam e o intermediário. Precisavam avançar mais e alcançar o ideal que é o nível desejado. Em 2013, destacam-se os resultados da Escola Indígena Jardins das Oliveiras, do município de Poranga, CREDE 13 – Crateús, que a tornaram uma das 150 premiadas como Escola Nota Dez. O prêmio é destinado às escolas públicas que apresentam os seguintes critérios: (I) ter pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental regular; (II) ter o Indicador de Desempenho Escolar de Alfabetização/IDE-Alfa situado no intervalo entre 8,5 e 10,0.

---

<sup>1</sup> Essa informação consta no site da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC).

O estado Ceará apresenta em sua rede de ensino estadual 38 escolas, dentre essas dez são de ensino fundamental e médio, as quais estão elencadas nas tabelas abaixo, onde estão expostas as taxas de rendimento de ensino fundamental e médio dos anos de 2010 e 2018.

As taxas de rendimentos são constituídas pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono. Cada uma delas representa um percentual da matrícula total (saldo final da matrícula inicial), considerando as situações de transferências, admissões e reclassificações (entrada e saída). Essas taxas de são geradas para cada instituição a partir da soma da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de um ano letivo. Elas são importantes porque são utilizados no cálculo do Ideb (MEC/INEP, 2004).

Na Tabela 1 encontram-se as escolas indígenas dos municípios de Caucaia, Maracanaú, Itapipoca, Itarema, Aratuba, Monsenhor Tabosa e Poranga, que oferecem as modalidades de ensino fundamental e médio das dez escolas listadas. Analisando os dados das taxas de rendimento escolar, observa-se que as taxas de reprovação e abandono caíram entre 2010 e 2019, a exceto as escolas indígenas de Jardins das Oliveiras, Povo Caceteiro, Tremembé José Cabral de Sousa e Tremembé Maria Venâcia. Considerando as taxas de 2018, as escolas indígenas Jardins das Oliveiras e Tremembé Maria Venâcia, são as que apresentam maiores taxas de reprovação (13,1 e 13,3 respetivamente); enquanto as escolas indígenas Brolhos da Terra e Tapeba do Trilho menores taxas de reprovação (1,7 e 04, respetivamente). Contudo, com a tendência de aumento das taxas de aprovação dos alunos do ensino fundamental e diminuição das taxas de abandono, não apenas pode ser o único foco de atenção do sucesso da escola, mas pode estar associado aos fatores econômicos e sociais dos alunos do povo indígena.

**Tabela 1.** Relação das escolas indígenas que dispõe em seu estabelecimento o ensino fundamental e médio e suas respectivas taxas de rendimento de ensino fundamental 2010 – 2018. Ceará.

Escolas Indígena	2010			2018		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brolhos da Terra	92,5	7,5	0,0	98,3	1,7	0,0
Índios Chuí	74,2	22,6	3,2	89,2	7,4	3,4
Índios Tapebas	79,4	7,6	13,0	86,4	3,8	9,8
Jardins das Oliveiras	67,1	29,4	3,5	81,0	13,1	5,9

Manoel Francisco dos Santos	95,8	1,4	2,8	98,1	1,9	0,0
Povo Caceteiro	81,3	14,3	4,4	90,7	3,5	5,8
Tapeba do Trilho	71,9	7,6	13,0	99,6	0,4	0,0
Tremembé da Tapera	79,7	11,4	8,9	92,5	7,5	0,0
Tremembé José Cabral de Sousa	79,6	14,6	5,8	87,9	4,3	7,8
Tremembé Maria Venância	64,1	28,2	7,7	77,8	13,3	8,9

Fonte: Censo Escolar 2010, Inep.

\* Todas essas escolas são de ensino fundamental e médio.

Na Tabela 2 apresentam-se as taxas de rendimento de ensino médio das escolas indígenas. Das dez escolas listadas, apenas quatro são possíveis de comparar entre os anos de 2010 e 2018. São as escolas indígenas Tremembé José de Cabral de Sousa, Tremembé Maria Venância e Jardins das Oliveiras. Analisando os dados da escola Tremembé José de Cabral de Sousa, observa-se que as taxas de reprovação e abandono respectivamente caíram de 23,1% para 2,4%, de 12,9% para 4,8% enquanto a taxa de aprovação aumentou de 64% para 92,9%. Na a escola Tremembé Maria Venância a taxa de reprovação manteve-se zerada, a taxa de abandono caiu de 8,6% para 6,1% e a taxa de aprovação aumentou de 91,4% para 93,9%. Já a escolas Jardins das Oliveiras apresentou uma diminuição na taxa de reprovação de 15,1% para 10,6%, a taxa de abandono aumentou 2,2% para 16,2% e a taxa de aprovação diminuiu de 82,6% para 73,2%. Em 2017, as demais escolas com exceção da escola indígena Índios Tapebas não há dados de referência, a taxa de reprovação varia entre 0,0% a 11,6%, a taxa de abandono de 0,0% a 18,5% e a taxa de aprovação de 73,2% a 98%. As melhoras das taxas de rendimento devem ser levadas em consideração para continuação de estratégias e intervenções pedagógicas que contribuam no desenvolvimento dos estudantes.

**Tabela 2.** Relação das escolas indígenas que dispõe em seu estabelecimento o ensino fundamental e médio e suas respectivas taxas de rendimento de ensino médio. 2010 – 2018. Ceará.

Escolas Indígena	2010			2018		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brolhos da Terra	-	-	-	87,0	4,3	8,7
Índios Chuí	-	-	-	78,9	7,0	14,1

Índios Tapebas	58,1	0,0	41,9	73,1	6,4	20,5
Jardins das Oliveiras	82,6	15,2	2,2	73,6	11,3	15,1
Manoel Francisco dos Santos	-	-	-	98,0	0,0	2,0
Povo Caceteiro	-	-	-	81,6	9,2	9,2
Tapeba do Trilho	-	-	-	97,7	2,3	0,0
Tremembé da Tapera	-	-	-	93,2	0,0	6,8
Tremembé José Cabral de Sousa	63,8	23,4	12,8	93,2	2,3	4,5
Tremembé Maria Venância	91,4	0,0	8,6	61,1	29,6	9,3

Fonte: Censo Escolar 2010, Inep.

\* Todas essas escolas são de ensino fundamental e médio.

\*\* Os espaços não preenchidos (-) são devidos não existir dados disponíveis no período.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. (MEC).

As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. (MEC).

Tabela 4. Relação das escolas indígenas que dispõe em seu estabelecimento o ensino fundamental e médio e seus respectivos resultados no IDEB.

Escola Indígena	SÉRIE	IDEB OBSERVADO				METAS E PROJEÇÕES					
		2011	2013	2015	2017	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Tapeba Do Trilho	4ª/5ª	4,2	3,3	4,7	4,2	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
	8ª/9ª			4,2	4,1				4,5	4,7	5
	3ª/EM										
Índios Tapebas	4ª/5ª	2,9			3,7		3,1	3,4	3,7	4	4,3
	8ª/9ª				**	3	3,3	3,6	3,8	4,1	4,4

	3ª/EM				*						
Índios Chuí	4ª/5ª	2,7	3,6		4,9	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
	8ª/9ª				3,5					3,8	4,9
	3ª/EM				3,0					3,2	3,4
Brolhos Da Terra	4ª/5ª				5,3					5,6	5,8
	8ª/9ª				4,2					4,4	4,7
	3ª/EM				3,2					3,4	3,6
Tremembé Da Tapera	4ª/5ª				4,7					5	5,2
	8ª/9ª				*						
	3ª/EM				*						
Tremembé José Cabral De Sousa	4ª/5ª	2,8			3,6	3	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5
	8ª/9ª				2,5	3	3,3	3,6	3,9	4,1	4,4
	3ª/EM				2,5					2,7	2,9
Tremembé Maria Venância	4ª/5ª										
	8ª/9ª				2,7					2,9	3,2
	3ª/EM										
Manoel Francisco Dos Santos	4ª/5ª				6,2					6,5	6,7
	8ª/9ª				4,5					4,7	5
	3ª/EM				4,0					4,2	4,4
Povo Caceteiro	4ª/5ª				4,9					5,2	5,5
	8ª/9ª				4,0					4,3	4,5
	3ª/EM				2,9					3,1	3,3
Jardins Das Oliveiras	4ª/5ª	2,7	4,9	5	6,1	3,7	4	4,3	4,6	4,9	5,2
	8ª/9ª	2,1			3,3	2,1	2,5	2,9	3,1	3,4	3,6
	3ª/EM				3,1					3,3	3,5

Fonte: O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

\* Número de no SAEB, insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* sem média no SAEB 2017. Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Na tabela 3 estão dispostas as notas alcançadas no IDEB, por dez escolas indígenas de educação fundamental e médio, entre os anos de 2005 e 2017, e as respectivas metas e projeções para os anos de 2019 e 2021. Além de destacar algumas metas alcançadas na 4ª/5ª séries pela escola indígena Jardins das Oliveiras no município de Poranga, que apresentou nos anos 2013, 2015

e 2017, notas acima das metas estipuladas para esses anos. E 8<sup>a</sup>/9<sup>a</sup> séries nos anos de 2009 e 2017, notas acima da média e em 2011 nota igual a meta.

No Ceará o IDEB de 2017 na primeira series do ensino fundamental aumento até 6,7, ultrapassando a meta que estava indicada em 4,9. No caso das últimas series do ensino fundamental o IDBE para 2017 esteve em 4,5 resultado acima da meta estipulada (4,3). Finalmente no ensino médio da rede estadual cresceu até 3,8, mas não atingiu a meta, isto é, não alcançou 4,3, tendo como desafio garantir mais alunos aprendendo e com o fluxo escolar adequado (INEP, 2017). Estes resultados estão refletem com os resultados encontrados nas escolas de indígenas que nas series iniciais e finais do ensino fundamental ficaram acima da meta proposta, exceto a escola indígena Tremembé José Cabral De Sousa que ficou abaixo da meta proposta.

A tendência nas taxas de rendimentos escolar e IDBE das escolas indígenas, que ainda não foram consolidadas, poderiam ser explicados pela preocupação do Governo do Ceará tem mostrado desde a gestão de 2007, construindo e reformando escolas diferenciadas, mas que ainda apresentam faltas de livros para compor suas bibliotecas, o que daria maior acesso aos estudantes para suas leituras, como também além da necessidade de maiores investimentos em recursos para a merenda escolar. Além dessas, condicionantes existem também faltas de profissionais que compõem o núcleo gestor de cada escola, na maioria delas (SOUSA; MARTINS, 2019)

## **5. Considerações finais**

No que foi exposto no decorrer dessa pesquisa sobre a educação escolar indígena traz um panorama desse tipo de educação que mesmo tendo seu início no processo de colonização, só foi tido como um direito a inserção de uma educação diferenciada a partir da Constituição de 1988, sendo um processo recente tanto no Brasil como no estado do Ceará, os povos indígenas encontra-se num processo de conquistas, ancorados nas leis que lhes foram criadas. Sendo estes reféns das leis e regras do homem branco, mesmo assim, lutam por mais conquistas para que sua identidade não desapareça.

Apontam-se como um desafio encontrado nesse trabalho foi a coleta de dados estatísticos, devido à disponibilidade limitada dos mesmos, além de não ter uma menção da característica

indígena em alguns dados estatísticos citando somente as raças: branca, preta ou parda e às vezes amarela, isto reflete num número pequeno de trabalhos que tratem dessa temática com dados quantitativos.

Apesar dos avanços observados, ainda há um caminho por recorrer e a discussão não se esgota quando tratamos de um assunto muito importante. Nesse sentido, futuros trabalhos se faz necessário, sobretudo no plano legal e administrativos. Estudos que abordem a importância do uso da língua indígena, a sistematização de conhecimentos e saberes tradicionais, utilizando materiais adequados para atender a demanda e participação efetiva da comunidade na definição dos objetivos e rumos da escola. Da mesma forma é preciso rediscutir a formação de professores para aproximar-se da educação indígena.

## Referências

BAINES, S.G. **A educação indígena no Brasil, na Austrália e no Canadá a partir das estatísticas: uma perspectiva comparativa.** Série Antropologia Vol. 411, DAN/UnB, Brasília, 2007. Disponível em:

<<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F3D00028.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2019.

BERGAMASCHI, Maria. A; MEDEIROS. J. S. **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang** History, memory and tradition in Indigenous school education: a Kaingang school case study. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 55-75 – 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/AppData/Local/Temp/History\\_memory\\_and\\_tradition\\_in\\_Indigenous\\_school\\_.pdf](file:///C:/Users/user/AppData/Local/Temp/History_memory_and_tradition_in_Indigenous_school_.pdf)>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto 426 de 24 de julho de 1845. Contém Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios.** Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 8.072, de 20 de junho de 1910.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRASIL. MEC/INEP. **Dicionário de indicadores educacionais, fórmulas de cálculo. Coordenação-geral de sistemas integrados de informações educacionais.** Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Dicion%C3%A1rio+de+Indicadores+Educacionais+f%C3%B3rmulas+de+c%C3%A1lculo/bf7eac55-d33b-42a7-8d54-2d70fa4e24a3?version=1.2>>. Acesso em: 15 de jun. 2019.



BRASIL. Ministério da Educação. **Educação indígena**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-indigena>>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estatuto dos Povos Indígenas: Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio\\_CNPI/Estatuto\\_Povos\\_Indigenas-Proposta\\_CNPI-2009.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio_CNPI/Estatuto_Povos_Indigenas-Proposta_CNPI-2009.pdf)>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

BRASIL. **Ideb 2017**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/estado/106-ceara/ideb?dependence=2&grade=3&edition=2017>>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

BRASIL. Portal do MEC. **Direitos Indígenas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis1.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. 2019.

BRASIL. Portal do Inep. **Indicadores educacionais**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

BRASIL. Lei Nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. (Estatuto do Índio). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em 12 de maio de 2018.

BURATTO, L.G. **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_lucia\\_gouvea\\_buratto.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_lucia_gouvea_buratto.pdf)>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica (SEDUC). Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem Diversidade e Inclusão Educacional. Educação Indígena – **Ações**. Disponível em: <[https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/acoes\\_educ\\_ind\\_2018.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/acoes_educ_ind_2018.pdf)>. Acesso em: 05 de jun. de 2019.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica (SEDUC). Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem Diversidade e Inclusão Educacional. Educação Indígena e Quilombola – **Escolas indígenas e suas etnias**. Disponível em: <[https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/Etnias\\_escolas\\_indigenas.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/Etnias_escolas_indigenas.pdf)>. Acesso em: 05 de jun. de 2019.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica (SEDUC). Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem Diversidade e Inclusão Educacional. Educação Indígena. **Educação escolar indígena**. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-escolar-indigena/>>. Acesso em: 05 de jun. de 2019.

MARIANI, Bethania. **Políticas de colonização linguística**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11900/7322>. Acesso em 10 de abril de 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Modalidades de terras indígenas. (CF/88, Lei Nº 6001/73 e Decreto Nº 1775/96). Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> >. Acesso: em 06 de junho de 2018.

FUNAI. **Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. PPA 2016-2019**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Outras\\_Publicacoes/PPA-2016-2019/PPA-2016-2019.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Outras_Publicacoes/PPA-2016-2019/PPA-2016-2019.pdf)>. Acesso em/: 30 de maio de 2019.

FUNAI. **Serviço de Proteção aos Índios – SPI**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protacao-aos-indios-spi?start=6#>>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed., São Paulo : Atlas, 2019.

SANTOS, Cláudio. E. F dos. **Uma escola para “formar guerreiros”: professores e professoras indígenas e a educação escolar indígena em Pernambuco**. Recife, 2004. Disponível em: <<http://indiosnordeste.com.br>>. Acesso em: 29 de maio de 2019.

SOUSA M. V. L., MARTINS D. V. AS Escolas Indígenas no Estado do Ceará: Uma História de **Resistência**. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 28, n.2, p. 138-151, maio/ago 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46123/27642>>. Acesso 22 ago. 2020.